

RECURSO ESPECIAL Nº 1.848.487 - CE (2019/0341512-2)

RELATORA : MINISTRA ASSUSETE MAGALHÃES
RECORRENTE : ESTADO DO CEARÁ
PROCURADOR : NEWTON FONTENELE TEIXEIRA - CE016980
RECORRIDO : FLAVIO JESUS MAGALHAES DA SILVA
ADVOGADO : JOSÉ HELENO LOPES VIANA - CE001485

DECISÃO

Trata-se de Recurso Especial, interposto por ESTADO DO CEARÁ, contra acórdão do Tribunal de Justiça do Estado do Ceará, assim ementado:

"ADMINISTRATIVO. APELAÇÃO CÍVEL. AÇÃO ORDINÁRIA VISANDO À INCORPORAÇÃO DA GRATIFICAÇÃO DE REPRESENTAÇÃO DE GABINETE AOS PROVENTOS DE POLICIAL MILITAR. SENTENÇA QUE, RECONHECENDO A PRESCRIÇÃO, EXTINGUIU O FEITO. AFASTAMENTO DA PRESCRIÇÃO. RELAÇÃO DE TRATO SUCESSIVO. CUMPRIMENTO DOS REQUISITOS LEGAIS PARA A INCORPORAÇÃO ALMEJADA. PROVIMENTO PARCIAL.

1. Em se tratando de ato omissivo da Administração, caracterizado por eventual ausência de reconhecimento do direito autoral à incorporação de gratificação aos proventos do militar, estão prescritas somente as parcelas anteriores ao quinquênio que precedeu o ajuizamento da ação, não atingindo o próprio fundo de direito, porquanto a suposta ilegalidade estaria sendo constantemente renovada, nos termos da Súmula nº 85 do STJ.

2. Ainda que se considere o ato de arquivamento do pedido de reformulação de reserva como sendo o indeferimento expresso do direito reclamado, vê-se que a ação foi ajuizada quando decorridos pouco mais de três anos da negativa do direito vindicado, de forma que o fundo de direito não restou fulminado pela prescrição quinquenal.

3. Afastamento da prescrição reconhecida em 1º grau, com a análise da questão de fundo nesta sede, por se tratar de causa madura para julgamento, nos termos do § 4º do art. 1.013 do CPC/2015.

4. A Gratificação pela Representação de Gabinete foi instituída pela Lei Estadual nº 9.651/1971, sendo posteriormente concedido o direito à incorporação aos proventos de militares por meio do art. 2º da Lei Estadual nº 10.722/1982, o qual impõe como condição que o militar

tenha exercido durante cinco anos ininterruptos, ou dez anos intercalados, gratificação pela Representação de Gabinete.

5. Carece de respaldo legal e jurisprudencial o arrazoado segundo o qual seria necessário que o militar, ao ser transferido para a reserva, tivesse em pleno exercício do cargo em comissão, sendo bastante o preenchimento requisito concernente ao lapso temporal legal, ficando comprovado nos autos que o recorrente prestou serviço na Casa Militar do período de 01/01/1973 a 01/06/1980, somando sete anos e cinco meses de serviços ininterruptos, percebendo mensalmente a Gratificação de Representação de Gabinete, de forma que faz jus à almejada incorporação. Precedentes.

7. Apelação Cível conhecida e parcialmente provida, afastando-se a reconhecida prescrição do fundo de direito, para, em se tratando de causa madura, julgar procedente o pedido autoral voltado à incorporação da gratificação de Representação de Gabinete aos proventos do demandante, condenando o Estado do Ceará ao pagamento das diferenças não pagas no período de cinco anos anteriores à propositura da demanda" (fl. 144e).

O acórdão em questão foi objeto de Embargos de Declaração (fls. 161/162e), os quais restaram rejeitados, nos termos da seguinte ementa:

"CONSTITUCIONAL E ADMINISTRATIVO. EMBARGOS DE DECLARAÇÃO OPOSTOS A ACÓRDÃO QUE PROVEU PARCIALMENTE APELAÇÃO, AFASTANDO A PRESCRIÇÃO E JULGANDO PROCEDENTE O PEDIDO AUTURAL REFERENTE À INCORPORAÇÃO DE GRATIFICAÇÃO DE REPRESENTAÇÃO DE GABINETE AOS PROVENTOS DO AUTOR. INEXISTÊNCIA DE OBSCURIDADE. PRETENSÃO DE REDISCUSSÃO DA CAUSA. REJEIÇÃO.

1. O Estado do Ceará cinge-se a alegar que o acórdão embargado teria sido obscuro na medida que não teria deixado claro se foi concedido o restabelecimento da Gratificação de Representação de gabinete ou a incorporação, como vantagem pessoal inominada, de seu valor quando da extinção de referida gratificação.

2. Contudo, verifica-se que o julgado recorrido analisou com clareza todas as questões postas à sua análise, evidenciando-se que o tópico concernente à forma de implantação da Gratificação de Representação não foi alegada em nenhum momento nos autos.

3. Dessa forma, o julgado recorrido analisou devidamente os tópicos

trazidos à sua análise, não deixando nenhuma dúvida quanto ao direito vindicado de incorporação da vantagem aos proventos do embargado na forma da lei e da jurisprudência local, devendo a Administração proceder de acordo com as disposições legais atinentes ao assunto.

4. Descabido, portanto, o manejo dos embargos em exame, posto que inexistente obscuridade a ser suprida, evidenciando-se a intenção de rediscussão da causa, o que incabível nesta sede. Súmula 18 do TJCE.

5. Embargos de Declaração conhecidos e rejeitados" (fl. 173e).

Opostos novos Aclaratórios (fls. 207/211e), foram eles igualmente rejeitados,

in verbis:

"CONSTITUCIONAL E ADMINISTRATIVO. EMBARGOS DE DECLARAÇÃO OPOSTOS A ACÓRDÃO QUE PROVEU PARCIALMENTE APELAÇÃO, AFASTANDO A PRESCRIÇÃO E JULGANDO PROCEDENTE O PEDIDO AUTURAL, DETERMINANDO QUE O PERCENTUAL DAS VERBAS HONORÁRIAS SEJA DEFINIDO EM FASE DE LIQUIDAÇÃO. INEXISTÊNCIA DE OMISSÃO OU OBSCURIDADE. QUESTÃO EXPRESSAMENTE ANALISADA NA DECISÃO EMBARGADA. REJEIÇÃO.

1. O embargante alega unicamente que o acórdão embargado teria incorrido em omissão na medida que não teria esclarecido se o percentual relativo aos honorários deveria ser fixado pelo Magistrado de Primeiro Grau, em sede de liquidação de sentença, ou por esta Corte de Justiça.

2. Contudo, o julgado recorrido expressamente consignou que o percentual relativo às verbas honorárias deve ser fixado na fase de liquidação, consoante dispõe o inciso II do § 4º do art. 85 do CPC/2015, não havendo espaço para uma interpretação dúbia.

3. Descabido, portanto, o manejo dos embargos em exame, posto que inexistem omissão ou obscuridade a serem supridas.

4. Embargos de Declaração conhecidos e rejeitados" (fl. 207e).

Nas razões do Recurso Especial, interposto com base no art. 105, III, **a**, da Constituição Federal, a parte ora recorrente aponta violação ao art. 1º do Decreto 20.910/32, sustentando o seguinte:

"Inicialmente, é necessário saber que a senhora desembargadora relatora decidiu por bem rejeitar o fundamento de transcurso do lapso

temporal prescricional, já que, segundo decisão, apenas atingiria as parcelas anteriores ao quinquênio que precedeu o ajuizamento da ação.

Entretanto, cumpre asseverar que a pretensão dos autores encontra-se irremediavelmente prescrita, eis que esta só poderia ter sido veiculada dentro do prazo de cinco anos, contados da suposta lesão, *ex vi* do disposto no art. 1.º do Decreto Legislativo n.º 20.910/32, que determina a prescrição quinquenal de qualquer direito ou ação contra a Fazenda Pública, seja qual for a sua natureza, a partir do ato ou fato de que se originaram.

Vê-se então que a pretensão não gira em torno de direito já reconhecido, ou situação já consolidada, mas visa ao reconhecimento de uma nova situação, qual seja, a de estabelecer o pagamento de gratificações a servidora, alterando sua situação jurídica fundamental perante a Administração.

(...)

O caso em lide, portanto, tem incidência da prescrição, tendo em vista que a essência do processo é discussão em relação ao direito do recorrido à majoração de proventos, com a incorporação da Gratificação de Representação de Gabinete aos proventos de aposentadoria. Há, dessa forma, prescrição!

Diante disso, o direito alegado não foi reconhecido e, para que seja definida a prescrição, é necessário destacar que o interessado pretende, às avessas, modificar o teor do ato que determinou a sua transferência para a reserva remunerada (inatividade).

O autor, ora recorrido, afirma nas razões recurssuais o seguinte:

(...)

Entretanto, a petição autoral está atingida, acertadamente, pela prescrição do fundo do direito, tendo em vista que o ato contra o qual demanda o autor foi levado ao seu conhecimento em 1996. Além disso, o Sr. Flávio de Jesus Magalhães denuncia em que data se deu a transferência para a reserva remunerada do militar, bem como a lesão ao direito arguido, a qual gerou seus efeitos desde então.

O lapso temporal de 5 (cinco) começou a correr devido o deferimento para a reserva remunerada do militar com a redução vencimental, com o fito de restabelecer a situação judicialmente, considerada a teoria da *actio nata*, que estabelece a data da lesão como marco inicial da pretensão de modificação.

Além, disso, excelentíssimos julgadores, o caso em lide não é de trato sucessivo situação, mas sim de ato administrativo expresso, de efeitos

concretos. O caso, portanto, é consolidado!

(...)

Dessa forma, criou a pretensão e o prazo prescricional começou a correr, tendo em vista que a dita lesão ocorreu com a concessão do benefício em decorrência da data do ato determinante da transferência para a reserva remunerada, a qual ocorreu a redução vencimental supostamente apontada pelo impetrante" (fls. 187/188e).

Por fim, requer o "conhecimento e provimento do presente Recurso Especial reconhecida, em prejudicial de mérito, a ocorrência de prescrição do fundo de direito, extinguindo-se o feito com resolução de mérito, com fulcro no art. 1º do Decreto nº 20.910/32 c/c art. 487, II, CPC/15, reformando, em consequência, o acórdão para indeferir totalmente o pleito autoral" (fl. 191e).

Contrarrazões a fls. 220/223e.

O Recurso Especial foi admitido pelo Tribunal de origem (fls. 225/228e).

A irrisignação não merece conhecimento.

Na origem, trata-se de Ação ajuizada pela parte ora recorrida, objetivando o reconhecimento do direito à Gratificação de Representação de Gabinete, bem como o pagamento das respectivas diferenças remuneratórias.

Julgada extinta a demanda, com resolução de mérito, ante o reconhecimento da prescrição, recorreu o autor, tendo sido reformada a sentença, pelo Tribunal local, "afastando a reconhecida prescrição do fundo de direito, para, em se tratando de causa madura, julgar procedente o pedido autoral voltado à incorporação da gratificação de Representação de Gabinete aos proventos do demandante, condenando o Estado do Ceará ao pagamento das diferenças não pagas no período de cinco anos anteriores à propositura da demanda, com juros e correção monetária a serem estipulados em fase de liquidação" (fl. 153e).

Daí a interposição do presente Recurso Especial.

No que importa, o Juízo de 2º Grau resolveu a controvérsia nestes termos:

"Insurge-se o autor contra sentença que, reconhecendo a prescrição do fundo de direito, extinguiu o feito nos termos do art. 487, inciso II, do CPC.

Alega, para tanto, que não teria transcorrido o lapso prescricional, argumentando que teve seu ato de reserva remunerada revogado por ato de reversão para o serviço ativo da Polícia Militar, nada arrazoando acerca dos aspectos meritórios do feito. Requer, ao fim, a anulação de sentença para que seja proferida nova decisão, com a procedência do pleito autoral.

Passa-se, à análise acerca do prazo prescricional.

Nos termos do art. 1º do Decreto nº 20.910/32, é de cinco anos o prazo prescricional para a cobrança de dívidas passivas da União, dos Estados e dos Municípios, iniciando-se o termo na data em que restou negado o direito discutido ou alterada a situação jurídica, a teor do disposto na Súmula nº 443 do Supremo Tribunal Federal.

Todavia, em se tratando de ato omissivo da Administração, caracterizado por eventual ausência de reconhecimento do direito autoral à incorporação de gratificação aos proventos do militar, estão prescritas somente as parcelas anteriores ao quinquênio que precedeu o ajuizamento da ação, não atingindo o próprio fundo de direito, porquanto a suposta ilegalidade estava sendo constantemente renovada, nos termos da Súmula nº 85 do STJ.

(...)

Segue entendimento do Superior Tribunal de Justiça:

(...)

Saliente-se, por oportuno, que consta dos autos cópia do Boletim do Comando Geral nº 185, de 02/10/2013 (fls. 46), na qual consta o cancelamento do Processo de Reformulação de Ato do militar apelante por meio da Portaria nº 065/2013 – CPP, datada de 26/09/2013.

Ainda que se considere tal ato como sendo o indeferimento expresso do direito reclamado, vê-se que a ação foi ajuizada em 17/08/2016, portanto quando decorridos pouco mais de três anos da negativa do direito vindicado, de forma que o fundo de direito não restou fulminado pela prescrição quinquenal, incidindo a prescrição tão somente sobre as parcelas relativas aos cinco anos anteriores à propositura do feito ordinário.

Afasta-se, portanto, a reconhecida prescrição" (fls. 146/149e).

Nesse contexto, verifica-se que as razões do Recurso Especial não atacam os fundamentos adotados pela Corte Estadual. De fato, a parte recorrente limitou-se a manifestar seu inconformismo com o resultado que lhe foi desfavorável, apresentando fundamentos outros, não relacionados ao decidido.

Assim, o recorrente adotou razões recursais dissociadas da fundamentação do acórdão objurgado, deixando de impugnar especificamente seus fundamentos, pelo que incidem na espécie, por analogia, as Súmulas 283 e 284 do STF.

Nesse sentido, destaco:

"PROCESSUAL CIVIL. PEDIDO DE RECONSIDERAÇÃO RECEBIDO COMO AGRAVO REGIMENTAL. AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. FALTA DE FUNDAMENTAÇÃO. RAZÕES DISSOCIADAS. SÚMULAS N. 283 E 284 DO STF.

1. O pedido de reconsideração pode ser recebido como agravo regimental em cumprimento aos princípios da economia processual e da fungibilidade dos recursos.

2. **Incidem as Súmulas n. 283 e 284 do STF nos casos em que a parte recorrente deixa de impugnar a fundamentação do julgado, limitando-se a apresentar alegações que não guardam correlação com o decidido nos autos.**

3. Pedido de reconsideração recebido como agravo regimental, ao qual se nega provimento" (STJ, RCD no AREsp 456.659/SP, Rel. Ministro JOÃO OTÁVIO DE NORONHA, TERCEIRA TURMA, DJe de 03/11/2015).

"AGRAVO REGIMENTAL EM RECURSO ESPECIAL. CONCURSO PÚBLICO. DELEGADO DE POLÍCIA FEDERAL. CURSO DE FORMAÇÃO. NOMEAÇÃO E POSSE. PRESCRIÇÃO. **FUNDAMENTO NÃO ATACADO. SÚMULAS 283 E 284/STF.** LITISPENDÊNCIA. PEDIDOS DIVERSOS. INÚMEROS DISPOSITIVOS TIDOS POR VIOLADOS. SÚMULAS 211/STJ E 282/STF.

1. 'A indicação de violação de dispositivo legal que nem sequer foi debatido pelo Tribunal de origem obsta o conhecimento do recurso especial pela ausência de prequestionamento. Aplicação dos enunciados n. 282 da Súmula do STF e 211 da Súmula do STJ.' (AgRg no AREsp 609.946/SC, Rel. Ministro MARCO AURÉLIO BELLIZZE, TERCEIRA TURMA, julgado em 18/08/2015, DJe 27/08/2015).

2. **'A falta de combate a fundamento suficiente para manter o acórdão recorrido bem como as razões recursais dissociadas daquilo que ficou decidido pelo Tribunal de origem demonstram deficiência de fundamentação do recurso, o que atrai, por analogia, os óbices das Súmulas n. 283 e 284 do Supremo Tribunal Federal.'** (AgRg no REsp 1507662/PB, Rel. Ministro LUIS FELIPE SALOMÃO, QUARTA TURMA, julgado em 20/08/2015, DJe 28/08/2015) 3. Agravo regimental improvido" (STJ, AgRg no REsp 1.170.131/RS, Rel. Ministro NEFI CORDEIRO, SEXTA TURMA, DJe de 19/10/2015).

Ante o exposto, com fundamento no art. 255, § 4º, I, do RISTJ, **não conheço** do Recurso Especial.

Em atenção ao disposto no art. 85, § 11, do CPC/2015 e no Enunciado Administrativo 7/STJ ("Somente nos recursos interpostos contra decisão publicada a partir de 18 de março de 2016 será possível o arbitramento de honorários sucumbenciais recursais, na forma do art. 85, § 11, do NCPC"), majoro os honorários advocatícios em 10% (dez por cento) sobre o valor a ser arbitrado pelo magistrado, na liquidação do julgado, levando-se em consideração o trabalho adicional imposto ao advogado da parte recorrida, em virtude da interposição deste recurso, respeitados os limites estabelecidos nos §§ 2º e 3º do art. 85 do CPC/2015.

I.

Brasília (DF), 21 de novembro de 2019.

MINISTRA ASSULETE MAGALHÃES
Relatora